



FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

Autarquia Municipal de Ensino Superior
Av. Major Nicácio, 2377 Fone 16 3713 4000 Fax 16 3724 4195 Franca/SP
www.direitofranca.br secretaria.fdf@direitofranca.br

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 14 DE SETEMBRO DE 2015, DO CONSELHO DEPARTAMENTAL DA FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA-SP.

Dispõe sobre o cumprimento de prazos para orientadores e alunos da terceira série do ano letivo de 2015, no processo de elaboração do Trabalho de Curso e dá outras providências.

O Prof. Dr. Décio Antônio Piola, Diretor e Presidente do Conselho Departamental da Faculdade de Direito de Franca, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, *ad referendum* dos demais membros deste Órgão normativo, consultivo e deliberativo, que coordena as atividades didático-pedagógicas, científicas, técnicas e culturais dos acadêmicos de Direito, considerando:

-o discutido, votado e aprovado em reunião do Conselho Departamental, realizada em 14 de setembro de 2015;

-a necessidade de racionalizar o processo de elaboração dos trabalhos de curso, com estrito cumprimento dos prazos estipulados, evitando-se expedientes que possam atrasar ou protelar o cronograma ora estabelecido;

-a importância do trabalho de curso como procedimento pedagógico fundamental para iniciação dos alunos nas atividades de pesquisa, de modo que possibilite identificação, reunião, tratamento, análise, interpretação e apresentação de informações, com a utilização de metodologia científica;

-as atribuições do Conselho Departamental, expressas no art. 21 do Regimento Interno da Faculdade de Direito de Franca;

-o disposto no Regulamento dos Trabalhos de Curso dos alunos do Curso Superior de Graduação em Direito, da Faculdade de Direito de Franca, resolve:

Art.1º A responsabilidade pela elaboração do trabalho de curso é integralmente do aluno, o que não exime o Professor Orientador de desempenhar adequadamente suas atribuições, dentro das normas definidas no Regulamento dos Trabalhos de Curso dos Alunos do Curso Superior de Graduação em Direito, da Faculdade de Direito de Franca.

Art. 2º No processo de elaboração do trabalho de curso **(TC)** os orientadores e seus orientandos, matriculados na **4ª série do ano letivo de 2016**, deverão cumprir os seguintes prazos: **(ALTERADO PELA IN Nº 7/2016)**.

I- **10 de dezembro de 2015**: prazo final para preenchimento do formulário de indicação de orientador disponível no www.direitofranca.br para ser entregue juntamente com uma via impressa do projeto. O depósito será feito, excepcionalmente, mediante protocolo no Cartório Experimental;

II- **1º de julho de 2016**: prazo final para depósito do trabalho de curso, em três vias impressas, e depósito do arquivo formatado (doc, docx, pdf ou similar que permita seleção e recorte do texto).O depósito será feito, excepcionalmente, mediante protocolo no Cartório Experimental; **(ALTERADO PELA IN Nº 7/2016)**.

III – os trabalhos de curso de alunos que não forem entregues no prazo definido no inciso II deste artigo, estarão sujeitos à apreciação do Conselho Departamental, mediante recurso;

IV – no prazo de 10 (dez) dias, após a apresentação do trabalho de curso para a Banca Examinadora, o aluno deverá entregar no Cartório Experimental a versão final, em CD (formato doc, docx, pdf ou similar), com as alterações indicadas pelos examinadores, acompanhada de declaração do Orientador no sentido de que foram atendidas todas as indicações da Banca Examinadora.

§1º A aprovação definitiva do aluno será comunicada à Secretaria Geral Acadêmica somente após o procedimento expresso no inciso IV deste artigo.

§2º Os orientadores fixarão os demais prazos para o cumprimento de suas solicitações, durante a execução do trabalho de curso, mediante registros eletrônicos *online* ou em fichas impressas.

§3º O protocolo e o depósito do trabalho do curso serão feitos excepcionalmente no Cartório Experimental e na Assessoria Pedagógica, até a implantação definitiva do Núcleo de Informática e Pesquisas Jurídicas, previsto no art. 76 do Regimento Interno.

Art. 3º Cada Professor Orientador poderá orientar dez alunos, observado o disposto nos parágrafos deste artigo.

§1º Na indicação dos orientadores, o responsável deverá levar em consideração, sempre que possível, a compatibilidade do tema com as áreas de interesse dos professores, considerando ainda o aceite do professor.

§2º Em casos especiais, devidamente justificados, o número máximo de alunos para cada Professor Orientador poderá exceder o determinado no *caput* deste artigo, a critério do Conselho Departamental.

Art. 4º Para a conclusão do Curso Superior de Graduação em Direito e respectiva colação de grau, o aluno deverá cumprir obrigatoriamente os prazos estipulados nesta Instrução Normativa.

Art. 5º O aluno que não entregar o trabalho de curso nos prazos estipulados nesta Instrução Normativa ou que deixar de comparecer na data designada para a apresentação perante a Banca Examinadora, sem motivo justificado, acolhido pelo Conselho Departamental, será automaticamente reprovado neste componente curricular e impedido de colar grau, até o efetivo cumprimento desta obrigação acadêmica.

Art. 6º O aluno que não apresentar ou não for aprovado em seu trabalho de curso até o término do último ano letivo, deverá matricular-se no ano letivo subsequente para o cumprimento deste componente curricular.

Art. 7º Os casos omissos serão avaliados e decididos pelo Conselho Departamental, ouvido o Orientador.

Art. 8º Compete ao Diretor da Faculdade de Direito de Franca, ouvido o Conselho Departamental, dirimir as dúvidas referentes à interpretação desta Instrução Normativa, bem como suprir as lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários.

Art. 9º A presente Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Franca, 7 de fevereiro de 2015.

Prof. Dr. Décio Antônio Piola
Diretor e Presidente do Conselho Departamental

Prof. Dr. Wellington José Tristão
Vice-Diretor

Prof. Dr. Antônio dos Santos Moraes Júnior
Chefe do Departamento de Disciplinas de Formação Profissional

Prof. Dr. José Sérgio Saraiva
Chefe do Departamento de Direito Público e Estágio

Prof. Dr. Setímio Salerno Miguel
Chefe do Departamento de Direito Privado

Rafael de Barros Pustrelo
Representante Legal do Diretório Acadêmico